opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Construção civil

Juros elevados, custos de construção em alta, crédito restrito e falta de mão de obra qualificada estão entre os principais entraves à recuperação da construção civil gaúcha em 2026 (Jornal do Comércio, edição de 10/11/2026). As paralisações abusivas de obras são outro problema para o setor, pois geram insegurança jurídica. Isso se torna um "pacote perfeito" para que todos os investimentos saiam de Porto Alegre. *(Carla Deboni Beraldin)*


CONSTRUÇÃO CIVIL

Momento da construção civil exige cautela, diz Garcia

Indústria de celulose

Nota publicada na coluna Começo de Conversa mostrava uma foto com um cartaz com a inscrição "Para produzir 1 rolo de papel higiênico se gasta 6 kg de madeira e 140 litros de água" (JC, 12/09/2026). A Greenwhashing Two Sides esclarece que no Brasil a madeira utilizada pela indústria de celulose e papel provém de árvores que são plantadas, colhidas e replantadas dentro de ciclos de manejo sustentável. O setor cultiva cerca de 4 milhões de hectares com árvores para a obtenção da sua matéria-prima e conserva aproximadamente 2,8 milhões de hectares de vegetação nativa. Mais de 1,5 milhão de árvores são plantadas diariamente para essa finalidade. Da mesma forma, a afirmação de que seriam utilizados 140 litros de água para produzir um único rolo de papel higiênico carece de contexto e de referência à metodologia pela qual esse valor foi calculado. A água utilizada na fabricação de celulose e papel é reutilizada diversas vezes na própria fábrica e mais de 95% dela retorna ao meio ambiente após ser tratada. Além disso, não foi feita a comparação entre o suposto consumo de água na fabricação do papel e o próprio consumo da ducha, sendo possível que o desta última seja maior. *(Tayná Soares da Costa, por e-mail)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro de 2026, a edição do dia 20 será conjunta com a do dia 19 de novembro, com o fechamento comercial às 17h do dia 18 de novembro.

A edição do dia 23 de novembro de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 19 de novembro.

Diretoria Comercial Jornal do Comércio *O Jornal de economia e negócios do RS*

/ ARTIGOS

Os desafios do novo governo do RS em 2027

Marcio Aguilar

A vitória de Luciano Zucco para o governo do Rio Grande do Sul no primeiro turno das eleições reforçou uma tendência política já perceptível no Estado e consolidou o avanço de pautas de direita. Mas é na economia, contudo, que esse novo ciclo encontrará um de seus principais testes.

Segundo seu plano, Zucco pretende ampliar a liberdade econômica, desburocratizar, atrair investimentos, manter a responsabilidade fiscal e evitar novos impostos. No entanto, transformar essas propostas em ações concretas dependerá das condições fiscais e estruturais do Estado. Afinal, a direção indicada pelas urnas não elimina os limites do orçamento nem as demandas acumuladas nos últimos anos.

Nas contas públicas, por exemplo, projeta-se déficit primário de R$ 4,8 bilhões para 2027. O pagamento da dívida com a União será retomado, a reforma tributária começará a afetar a arrecadação e a reconstrução seguirá exigindo recursos. Logo, a busca por eficiência terá de conviver com espaço fiscal restrito.

Ao desafio fiscal soma-se uma economia em recuperação, mas desigual. O PIB gaúcho cresceu 3,3% no primeiro semestre de 2026, impulsionado pela alta de 19,7% da agropecuária. Indústria e serviços avançaram 2% e 1,1%. Há crescimento, sim, mas ele permanece ligado ao campo e, portanto, ao clima. Ou seja, os números positivos não afastam a necessidade de diversificar os motores da economia, ampliar a produtividade regional e fortalecer setores menos expostos às oscilações climáticas.

E essa dependência, evidentemente, amplia a agenda do próximo governo. Reconstrução, prevenção climática e gargalos logísticos exigirão planejamento e recursos. Juros, inflação e incerteza fiscal condicionam crédito e investimentos. A renegociação da dívida, a extensão do Funrigs e um fundo constitucional exigirão articulação com Brasília. O diálogo federativo, assim, será uma necessidade econômica, não uma concessão política.

> A direção indicada pelas urnas não elimina os limites do orçamento nem as demandas dos últimos anos

É cedo, claro, para medir tais efeitos. Mas o próximo governo precisará, sim, conciliar sua agenda com restrições fiscais, reconstrução e um cenário macroeconômico desafiador. A guinada para pautas de direita foi dada pelas urnas. Seu alcance, porém, dependerá de converter essa orientação em equilíbrio fiscal, investimento e respostas para um Estado que precisa se reconstruir sem deixar de crescer.

Presidente do Sindicato das Sociedades de Fomento Comercial – Factoring do Estado do Rio Grande do Sul (Sinfac-RS)

São os juros, meus caros

Fernando Ferrari Filho

Nas últimas semanas, a mídia, em geral, e os economistas do Mercado têm afirmado que a economia no quarto mandato de Lula da Silva entrará em colapso porque as contas públicas e o endividamento público estão fora de controle. Será que procede?

Inicialmente, é pertinente lembrar que no início do terceiro mandato de Lula da Silva as previsões eram de que a economia brasileira teria um desempenho econômico semelhante ao da Venezuela. Todavia, entre 2023 e 2026, os indicadores de produção, emprego, preços e sociais não somente mostraram o contrário, mas, também, frustraram as perspectivas sombrias dos apocalípticos formadores de opinião e de expectativas.

> A possibilidade de termos uma crise fiscal e um default da dívida pública é pouco provável

Voltando ao ponto central do artigo, qual seja, os descontroles real e financeiro do governo federal, nossa intuição é que a possibilidade de termos uma crise fiscal e um default da dívida pública é pouco provável.

Vejamos! Conforme as estatísticas do Banco Central do Brasil e do IPEADATA, entre 2019 e 2026 (i) a razão resultado primário/PIB, excetuando-se o ano de 2021 uma vez que neste ano houve um déficit de 9,5% devido à implementação de gastos governamentais para mitigar o impacto da Covid-19 na economia, foi de, na média, - 0,3% ao ano; (ii) A média anual da relação déficit financeiro/PIB, no mesmo período, foi de 6,3%; e (iii) A dívida pública/PIB elevou-se de 74,4%, em 2019, para 78,6%, em 2026. Em suma, as estatísticas parecem mostrar que não há descontrole das contas públicas e tampouco a dívida pública se encontra em trajetória explosiva.

Isto quer dizer que não é necessário ter ajuste fiscal? Não! Ajuste fiscal, jamais austeridade fiscal, é essencial. Para tanto, duas proposições são necessárias: por um lado, metas fiscais baseadas na média móvel trienal do crescimento do PIB, pois, assim, a política fiscal não somente exercerá suas características contracíclicas, bem como continuará dinamizando os programas sociais e os investimentos públicos em infraestrutura; e, por outro lado, redução intertemporal da taxa básica de juros, visto que ela, além de reduzir o custo de carregamento da dívida pública, é imprescindível para a expansão da atividade econômica.

Esperemos que as gestões fiscal e monetária de Lula da Silva 4 sigam essa direção.

Doutor em Economia e professor titular aposentado da Ufrgs

Leia o artigo "Empresas precisam separar inovação de resultado", de Fabio Roma, em www.jornaldocomercio.com